CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO

CURSO DE FARMÁCIA

LORENA ALINE SILVA DA COSTA

VICTOR LUCAS BARRETO VIEIRA

ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO PARA O HIV: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS CAPITAIS DO BRASIL

FORTALEZA

2022

LORENA ALINE SILVA DA COSTA
VICTOR LUCAS BARRETO VIEIRA

ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO PARA O HIV: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS CAPITAIS DO BRASIL

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharel em Farmácia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO – como requisito para a obtenção do grau de bacharel, sob a orientação do profº Me. Felipe Moreira de Paiva.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Me. Felipe Moreira de Paiva
Orientador – Centro Universitário Fametro

_____

Me. Maria Liliane Luciano Pereira
UFC – Universidade Federal do Ceará

_____

Prof.ª Dra. Suzana Barbosa Bezerra
Membro – Centro Universitário Fametro

ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO PARA O HIV: UMA ANÁLISE DOS PORTAIS DAS CAPITAIS DO BRASIL

Lorena Aline Silva da Costa[1]
Victor Lucas Barreto Vieira[2]
Felipe Moreira de Paiva[3]

RESUMO

O vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) continua como um grande problema de saúde publica no mundo, sabe-se que o vírus pode induzir à destruição de células linfáticas e decorrente disso para o desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS). Ainda que, com avanço da medicina com a produção de novos métodos de prevenção e tratamentos, pessoas vivendo com o HIV seguem afetadas pelas diversas formas de discriminação e estigma. A profilaxia Pós-Exposição (PEP) consiste em uma estratégia de prevenção combinada, com o intuito de diminuir o número de infecções pelo HIV. Implica no uso de antirretrovirais (ARV) através da combinação de duas ou três drogas pelo período de 28 dias. Esta pesquisa é de caráter descritivo que buscou verificar como o portal das prefeituras das capitais brasileiras têm divulgado informações referentes ao acesso à Profilaxia pós-exposição uma vez que o acesso à informação é uma condição fundamental para promover mudanças sociais e qualidade de vida para a sociedade. Apesar dos resultados representarem um desinteresse na manutenção e atualização das informações, a pesquisa mostrou que apenas 12 das 27 capitais alimentaram seus sítios com algum conteúdo sobre a PEP enquanto 15 portais mantiveram sem informações, outro fator que se destacou foi a escassez da produção de material educativo, apenas 3 produziram algum tipo de conteúdo com banner, cartazes e matérias informativos, por outro lado os conceitos e orientações de uso sobre a PEP mantiveram resultados positivos. A ausência desses conteúdos pode gerar falta de acessibilidade e desinformação para a população.

Palavras-chave: ACESSO À INFORMAÇÃO; VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA; PROFILAXIA PÓS-EXPOSIÇÃO.

[1] Graduanda do Curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO
E-mail: lorena.costa01@aluno.unifametro.edu.br
[2] Graduando do Curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO
E-mail: victor.vieira01@aluno.unifametro.edu.br
[3] Graduado em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Docente do Curso de Farmácia do Centro Universitário Fametro– UNIFAMETRO.
E-mail: felipe.paiva@professor.unifametro.edu.br

ACCESS TO INFORMATION ABOUT POST-EXPOSURE PROPHYLAXIS FOR HIV: AN ANALYSIS OF PORTALS IN CAPITAL CAPITALS IN BRAZIL

Lorena Aline Silva da Costa[1]
Victor Lucas Barreto Vieira[2]
Felipe Moreira de Paiva[3]

ABSTRACT

The Human Immunodeficiency Virus (HIV) remains a major public health problem in the world, it is known that the virus can lead to the destruction of lymphatic cells and, as a result, to the development of the Human Immunodeficiency Syndrome (AIDS). Although, with the advancement of medicine with the production of new prevention methods and treatments, people living with HIV follow various forms of detection and stigma. Post-exposure prophylaxis (PEP) consists of a combined prevention strategy, with the aim of reducing the number of people hospitalized for HIV. It implies the use of antiretrovirals (ARV) through the combination of two or three drugs for a period of 28 days. This descriptive research sought to verify how the portal of the city halls of Brazilian capitals disseminated information regarding access to post-exposure prophylaxis, since access to information is a fundamental condition for promoting social changes and quality of life for society. Despite the results representing a lack of interest in maintaining and updating information, the research showed that only 12 of the 27 capitals fed their sites with some content about the PEP while 15 portals remained without information, another factor that stood out was the economy of material production educational, only 3 produced some type of content with banners, posters and informative articles, on the other hand, the concepts and guidelines for using the PEP maintained positive results. The absence of this content can generate lack of accessibility and misinformation for the population.

Keywords: ACCESS TO INFORMATION; HUMAN IMMUNODEFICIENCY VIRUS; POST-EXPOSURE PROPHYLAXIS.

1- INTRODUÇÃO

O vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é capaz de produzir em um indivíduo infectado disfunções imunológicas, induzidas pela destruição de células linfáticas e posteriormente para o desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência humana (AIDS). O processo ocasionado pelo vírus e consequentemente a imunossupressão do organismo hospedeiro torna o portador mais sensível a adquirir doenças oportunistas como toxoplasmose, tuberculose, assim como o aparecimento de tumores de Sarcoma de Kaposi e linfomas não Hodgkin (CEZAR; DRAGANOV, 2014).

Nos primeiros casos registrados de AIDS, foi definido de maneira incontestável em estudos e jornais como ‘’peste gay’’, definindo o público alvo como predominantemente homossexuais e a transmissão somente através do sexo e transfusão sanguínea. O vírus que causa a AIDS pode ser encontrado na ejaculação e lubrificação masculina, ejaculação feminina e menstruação, sangue, leite materno, que podem conter linfócitos T4 infectados pelo vírus do HIV em indivíduos não tratados. Portanto, as mulheres podem ser infectadas por homens (heterossexuais e bissexuais) ou mulheres (gays e bissexuais) (PAIVA, 1999, p. 10).

Desde os primeiros casos da doença, muitas teorias a respeito da população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais) afirmam que eles enquadram na categoria ''comportamentos de risco'' sendo que os primeiros casos registrados eram originados dessa comunidade e profissionais do sexo. Criou-se então um estigma em volta da condição de ser portador do vírus HIV. Atualmente, o que se classifica como pessoas com comportamento de risco é muito mais amplo, e mesmo assim, o estigma do grupo de pessoas infectadas pelo vírus do HIV não mudou (FERNANDES; ALVES, 2021).

Sabe-se que atualmente a infecção pelo HIV/AIDS mantem-se como um problema de saúde mundial, indivíduos do sexo masculino apresentam maiores incidências de novos casos. Dentre esses grupos heterossexuais, homossexuais e bissexuais são os mais acometidos (KNAUTH et al, 2020).

De acordo com Ministério da Saúde (2021) o Brasil, de 2007 até junho de 2021, teve o quantitativo de 381.793 casos de HIV e, em 2020, foram diagnosticados 32.701 novos casos, os casos de AIDS em 2020 chegaram a 29.917. Esses dados foram obtidos no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação),

declarados no SIM e registrados no Siscel/Siclom –, com uma taxa de detecção de 14,1/100 mil habitantes, totalizando, no período de 1980 a junho de 2021, 1.045.355 casos de AIDS detectados no país.

Sendo disponibilizada pelo SUS desde 1999, a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) é uma tecnologia de saúde inserida dentro de uma política que visa o acolhimento do usuário, o esquema antirretroviral foi modificado em sua recomendação em 2015, onde se leva em consideração o risco de exposição e não somente por categorias de exposição (BRASIL, 2021).

A PEP consiste em uma estratégia de prevenção combinada, com o intuito de diminuir o número de infecções pelo HIV. Implica no uso de antirretrovirais (ARV) através da combinação de duas ou três drogas pelo período de 28 dias após exposição. No esquema terapêutico é feito o uso de Tenofovir + Lamivudina: comprimido de 300 mg/300 mg disponíveis na apresentação de dose fixa combinada, sendo essa a apresentação preferencial: 1 comprimido, via oral, uma vez ao dia e Dolutegravir: comprimido de 50 mg: 1 comprimido, via oral, uma vez ao dia, esse se tomado corretamente possui eficácia acima de 95% (SILVA et al, 2021).

Assim, a PEP surge como uma possibilidade viável de prevenção para casos de falha em outros mecanismos e barreiras. Segundo o Ministério da Saúde (2015), esse tipo de profilaxia está indicada nos casos em que houve exposição com risco de transmissão do HIV por vias percutânea, mucosa, sexual e pele não íntegra.

Em se tratando do uso da PEP, o acolhimento à pessoa exposta deve ocorrer em local apropriado, que preze pela privacidade do indivíduo, sem julgamentos e ampliando acesso a população vulnerável, como gays e outros homens que fazem que sexo com homens, travestis e pessoas trans, trabalhadoras/es do sexo, pessoas que usam álcool e outras drogas e pessoas privadas de liberdade e das populações prioritárias, como indígenas, jovens, população negra e pessoas em situação de rua (BRASIL, 2021).

De acordo com Cavalcante et al. (2014), apesar da constituição de 1988 reconhecer o direito ao acesso à informação em todo o território nacional, o Brasil ainda enfrenta desafios que garantam esse acesso de forma integral à população. Dessa forma, dados importantes para a saúde que deveriam ser atualizados e incluídos nos portais em entidades governamentais ou de caráter públicos são

insuficientes, o que reduz a busca de informações para condições de saúde de interesse particular.

Conforme Queiroz et al. (2022), O acesso à PEP é dificultado pela falta de conhecimento sobre prevenção (o que a torna insondável), pela centralização dos serviços de saúde e pelo estigma que permeia a estrutura desses serviços. Aspectos burocráticos, como a concentração da prevenção em centros específicos, criam barreiras físicas que impedem que as pessoas iniciem a prevenção em tempo hábil, além de barreiras invisíveis, como o preconceito generalizado entre profissionais e usuários dos serviços e até políticas públicas. Esses achados apontam problemas e, assim, sugerem soluções que vão além do comportamento concreto e individualista. Embora sejam complementares e importantes, não cobrem o problema real. Mudar a estrutura dos serviços de HIV é necessário para remover o estigma associado aos serviços, utilizá-los e aproximá-los da comunidade.

Tendo em vista a problemática relacionada ao acesso às informações de saúde, essa pesquisa buscou apresentar como os portais das prefeituras das capitais dos estados brasileiros têm divulgado e alimentado informações sobre a profilaxia pós-exposição para o HIV, uma vez que se tratando de uma medida de prevenção de urgência a ampliação do acesso fornece uma resposta ao usuário em função da sua necessidade, além de reforçar a importância do conhecimento sobre a PEP e o combate ao preconceito e estigma sobre pessoas que procuram esses serviços.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter descritivo quali-quantitativa e buscou analisar os portais das capitais das 27 Unidades Federativas do Brasil com a finalidade de verificar o acesso pela população à informação sobre a profilaxia pós-exposição (PEP) para o HIV. A pesquisa descritiva descreve a realidade sendo um tipo de estudo que não tem intenção de explicar ou interferir, os relatos de casos são os exemplos mais comuns de uma pesquisa descritiva principalmente na área da saúde, quando os autores buscam relatar casos raros ou evoluções incomuns. Os estudos de incidência também se encaixam na metodologia descritiva quando se trata de novos casos ocorridos em uma determinada área em um período específico

de tempo. A pesquisa descritiva é essencial quando pouco se sabe sobre um tema abordando características de um individuo tais como: idade, sexo, escolaridade e etc (ARAGÃO, 2011).

Segundo o IBGE (2021), o Brasil possui uma população de 215.324.144 sendo uma República federativa estruturada política e administrativamente em municípios, estados e distritos, divididos em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os sites avaliados estão dispostos no Anexo - A, correspondendo aos endereços eletrônicos dos portais oficiais das capitais e foram consultados entre outubro e novembro de 2022.

Para a produção da análise dos dados, foi empregado o uso da estatística descritiva por meio de cálculos de frequências e porcentagem. Durante a organização dos dados coletados foi utilizado o programa Excel versão 2010, como também, para construção de tabelas e gráficos.

Foram considerados durante a pesquisa alguns aspectos, considerando que o público alvo dessas informações são pessoas adultas, ou que correram risco de exposição: a) se as páginas oficiais forneciam aos usuários uma barra de pesquisa para facilitar o acesso. b) Continham informações de saúde recorrente ao HIV/AIDS e profilaxias, principalmente, sobre a PEP. c) Se as abas acessadas ou redirecionadas faziam parte do site oficial.

A análise dos sites se deu da seguinte maneira: foi elaborado um instrumento de coleta para os dados (Anexo - B) e se dentro do endereço eletrônico dos portais as páginas acessadas respondiam ao correspondente às variáveis do instrumento. As variáveis coletadas foram: cidade, estado, endereço eletrônico, o site consiste em uma notícia ou informativo, endereço de fácil acesso, se há explicação sobre HIV e AIDS, conceito de PEP de acordo com o MS, se orienta critérios de uso de acordo com o MS, o site possui material educativo, apresenta endereço dos serviços especializados e contém contato para dúvidas e outras questões.

Nos sites oficiais as buscas aconteceram pelas abas e com o auxílio da barra de pesquisa fornecida, utilizando palavras chaves como: profilaxia, profilaxia pós-exposição ou PEP, HIV/AIDS. Caso dentro das Urls oficiais não fosse encontrado informações inerentes ao estudo, o mecanismo de pesquisa Google foi realizado com o seguinte descritor: “secretaria de saúde de (UF a ser pesquisada) + profilaxia pós-exposição’’ sendo visionado a busca por sites pertencentes à

prefeitura da capital de cada estado, com exceção de distrito federal que não possui prefeitura.

Os resultados encontrados foram organizados com o auxílio de tabelas/ figuras/ gráficos indicando a disponibilização de informações encontradas dentro dos espaços virtuais dos portais das prefeituras.

Por tratar-se de uma pesquisa, no qual não envolve diretamente seres humanos e envolve apenas dados de domínio público, não houve submissão deste ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Salienta-se, entretanto, que foram seguidos todos os preceitos de ética em pesquisa, e os autores declaram não haver conflito de interesse na condução desta.

RESULTADOS

Através da pesquisa realizada, foi possível identificar que menos da metade dos portais, o que equivale a 12 capitais (n=44,4%), apresentavam informações que continham dados em formato de notícias e informativos sobre a Profilaxia pós-exposição (PEP), conforme pode ser observado na Tabela 1. As outras 15 capitais (n=55,6%) não foram encontradas informações referente a PEP que preenchessem as variáveis do estudo, limitando-se apenas a menção da PEP com o nome por extenso ou sigla nos sites da prefeitura.

De acordo com a distribuição por região do Brasil as 12 capitais foram distribuídas da seguinte forma: Norte com 2 (n=16.7%); Nordeste com 3 (n=25%); Centro-Oeste com 1 (n=8,3%); Sudeste com 3 (n=25%) e Sul com 3 (n=25%). A figura 1 sintetiza os resultados encontrados. Enquanto, em relação às outras 15 capitais: Norte com 5 (n=33.3%); Nordeste com 6 (n=40%); Centro-Oeste com 3 (n=20%); Sudeste com 1 (n= 6.7%) e Sul com nenhuma.

Tabela 1. Distribuição das capitais de acordo com a presença de dados nos portais sobre a PEP.

CAPITAIS COM INFORMAÇÕES SOBRE A PEP	
Sim	**Não**
Aracaju (SE)	João Pessoa (PB)

Fortaleza (CE)	Maceió (AL)
Recife (PE)	Natal (RN)
Palmas (TO)	Salvador (BH)
Boa vista (RR)	São Luiz (MA)
Brasília (DF)	Teresina (PI)
Belo Horizonte (MG)	Belém (PA)
Rio de Janeiro (RJ)	Macapá (AP)
São Paulo (SP)	Manaus (AM)
Curitiba (PR)	Porto Velho (RO)
Florianópolis (SC)	Rio Branco (AC)
Porto Alegre (RS)	Campo Grande (MS)
	Cuiabá (MT)
	Goiânia (GO)
	Vitória (ES)
Total: 12	**Total: 15**

Fonte: Autores, 2022.

Figura 1. Mapa das UFs classificadas por regiões e presença de dados sobre a PEP representando as capitais em cor preta.

REGIÕES	QUANTIDADE (%)
NORTE:	2 (16.7%)
NORDESTE:	3 (25%)
CENTRO-OESTE:	1 (8.3%)
SUDESTE	3 (25%)
SUL:	3 (25%)
TOTAL	**12**

FONTE: Desenvolvido a partir de https://www.colorironline.com/imprimir/mapa-do-brasil-simples/ com informações inseridas pelos próprios autores, 2022.

No que se refere ao tipo de material encontrado, foi observado que 6 portais (n=50%) eram do gênero textual notícia com o objetivo principal de informar, correlacionadas a uma assunto sobre campanhas de prevenção ao HIV/AIDS no qual abordava a participação da Profilaxia pós exposição (PEP). Os outros¨6 (n= 50%) trata-se de informativos, esclarecendo ao leitor a definição de PEP, posologia, os tipos de casos nos quais tem a necessidade do uso, elucidados em textos com ou sem material educativo.

Em relação ao nível de dificuldade em encontrar as informações pelos portais, 10 (n=83.3%) dos endereços eram de fácil acesso, com a ajuda das barras de pesquisas dentro dos portais e o auxílio de palavras chaves como: profilaxias; PEP, é possível achar rapidamente sobre o assunto. Apenas 2 (n=16.7%) dos portais verificados apresentaram uma dificuldade a mais, tendo a necessidade da abertura de 4 a 5 páginas a mais dentro do próprio portal da capital.

Quanto à explicação sobre HIV/AIDS, 9 (n=75%) das páginas abordam algum conteúdo relativo ao HIV/AIDS com conceitos, estágios, tratamento, manejos de identificação como testes rápidos, campanhas, prevenção e etc. As outras 3 (n=25%) páginas não aprofundaram sobre o assunto.

No que se refere ao conceito de PEP estar de acordo com o Ministério da Saúde (MS), 8 portais (n=63.6%) apresentam a definição correspondente ao órgão de saúde enquanto 4 (n=33.4%) não definiam a PEP, ou seja, mais da metade deixam os leitores ciente do que se trata o medicamento enquanto menos da metade traz definições sem as referências das diretrizes nacionais.

Acerca da orientação de uso da PEP estar de acordo com o MS, 5 portais (n=33.3%) não mencionam ou não estão de acordo com o MS. Por outro lado, 7 (n=66.7%) citam como o medicamento deve ser utilizado, após qualquer situação de risco com o início de uso em até 72 horas e mantidos por 28 dias com o esquema antirretroviral, representado que a maioria dos sites se preocupam em orientar corretamente a população.

Sobre os sites possuírem material educativo, apenas 3 n(=25%) apresentaram algum tipo de material com cartazes, ilustrações, gravuras e folders.

Os outros 9 (n=75%) estavam dirigidos em textos, isso demonstra que mais da metade não se preocupa em chamar a atenção do leitor, uma vez que a educação em saúde por materiais educativos estimula a atenção.

Com relação aos sites apresentarem os endereços dos serviços especializados, 8 (n=66.7%) informam os locais que oferecem a PEP com dias e os horários de funcionamento enquanto, 4 (n=33.3%) não comunicam nenhum tipo de endereço.

No que tange a presença de contatos para dúvidas e outras questões, 5 (n=41,7%) apontam algum número como sugestão, porém, 7 (n=58.3%) não citam um canal de comunicação o que dificulta, principalmente, o acesso a informações por pessoas que não podem ir até o ponto de atendimento ou sente-se constrangida sobre o assunto. Os resultados encontrados nos portais estão detalhados na tabela 2.

Tabela 2. Detalhamento dos resultados encontrado nos portais com informações sobre a PEP.

TIPO DE MATERIAL ENCONTRADO:	**Informativo:** 6 (n=50%) **Noticia:** 6 (n=50%)
DIFICULDADE DE ACESSO:	**Fácil/M:** 10 (n= 83.3%) **Difícil:** 2 (n=16.7%)
EXPLICAÇÃO SOBRE HIV/AIDS	**Sim:** 9 (n=75%) **Não:** 3 (n=25%)
CONCEITO DE PEP PADRÃO AO MS:	**Sim:** 8 (n=63.6%) **Não:** 4 (n= 33.4%)
ORIENTAÇÃO DE USO PADRÃO AO MS:	**Sim:** 7 (n=66.7%) **Não:** 5 (n=33.3%)
PRESENÇA DE MATERIAL EDUCATIVO:	**Sim:** 3 (n=25%) **Não:** 9 (n=75%)
ENDEREÇO DOS SERVIÇOS PARA A PEP	**Sim:** 8 (n= 66.7%) **Não:** 4 (n=33.3%)
PRESENÇA DE CONTATOS	**Sim:** 5 (n= 41.7%) **Não:** 7 (n=58.3%)

DISCUSSÃO

Por meio das informações coletadas é possível extrair que o acesso a informações sobre a profilaxia pós-exposição (PEP), enfrenta diversas barreiras tanto para os profissionais de saúde quanto para os usuários. Esse fator não apenas impacta a vida das pessoas da comunidade LGBTQIAP+, mas também prejudica serviços que não atendem a um dos grupos mais vulneráveis , pois nessa população tem impacto maior pela dificuldade de acesso. Assim, como observado em nossos resultados, infelizmente não há muitos portais brasileiros que abordam a temática, o que dificulta a circulação de informação.

A informação pode facilitar escolhas mais apropriadas e realizar uma série de direitos, incluindo a saúde individual e coletiva. Nesse sentido, pode-se supor que o acesso à informação é um direito que prevalece sobre todos os outros direitos. Ela fornece a condição para sua reivindicação, resultando em ganhos para a comunidade. (CANELA; NASCIMENTO, 2009).

Através dos portais Institucionais a administração governamental pode fornecer aos cidadãos informações e serviços. Em um estudo publicado por Moretti (2012) uma pesquisa realizada com 1.828 indivíduos, 80% responderam positivamente para utilização da internet como fonte principal de busca para informações, sendo assim, podemos afirmar que a internet hoje é um dos meios de fácil acesso à notícias, informativos e divulgação de dados em saúde por parte das prefeituras e demais órgãos governamentais.

Dos 12 estados cujas capitais apresentaram informações pertinentes sobre a PEP em seus portais de saúde, se destacam as regiões sul e sudeste onde as suas capitais em quase sua totalidade demonstraram resultados positivos na análise dos portais. Por outro lado, se analisados os Estados que não possuem informação sobre a PEP, 15 deles, a maioria concentram-se na região Norte, Centro-Oeste e Nordeste. De acordo com Brasil (2021), no ano de 2020, foram notificados 32.701 casos de infecção pelo HIV, sendo 4.299 (13,2%) casos na região Norte, 8.190 (25,0%) no Nordeste, 11.270 (34,5%) no Sudeste, 5.732 (17,5%) no Sul e 3.210 (9,8%) no Centro-Oeste. O que podemos configurar como informações conflitantes sendo que nas regiões norte e nordeste houve poucas capitais com informações sobre meios preventivos de contrair infecção pelo HIV, dentre eles a profilaxia pós-exposição.

Os resultados da pesquisa demonstraram que boa parte dos portais dos estados verificados não apresentam citações, conceitos sobre a PEP, comprovados nas 15 capitais (n=55.6%) identificadas no estudo. Um estudo realizado em Nova York buscando entender a aceitação e visibilidade da PEP em jovens homens que fazem sexo com outros homens (HSH), mulheres trans e mulheres cisgenero. Avaliou que entre os 529 entrevistados, 313 (n=59,2%) eram cientes da PEP, ou seja, ouviram a respeito da profilaxia, mas que as principais fontes de informações eram em ações comunitárias, amigos e profissionais de saúde. KOBLIN et al. (2018). De forma similar, no Brasil, Oliveira et al. (2018), destacou que o

conhecimento sobre a PEP em HSH, ocorreu sobre tudo através de amigos, mostrando que é um tema pouco explorado pelos meios de comunicação e que, também, boa parte dos participantes desconheciam a finalidade correta da profilaxia. Desde essa compreensão, de acordo com COTTA et al. (2010), a participação da sociedade deve ser acolhida pelo Estado indicando que o compartilhamento de informações de interesse público, principalmente sobre saúde que é um direito de todos, devem ser atualizadas, alimentadas e com disponibilidade.

Ainda que 9 dos 12 portais verificados nos resultados do estudo trouxessem explicações sobre HIV/AIDS, de acordo com CECCATO et al. (2004), é importante destacar que a epidemia de HIV/AIDS é um dos mais graves problemas de saúde pública de nosso tempo, com alta morbidade e mortalidade, e é provável que continue crescendo e se espalhando pelos continentes. Sendo assim, para a melhoria da qualidade de vida são necessárias que mais informações sobre o agente etiológico, tratamento e riscos, sejam promovidas para a população, reconsiderando o modo de educar com um cuidado mais humanista, tendo em vista que, as pessoas que vivem com HIV/AIDS são frequentemente discriminadas e estigmatizadas. MELO et al. (2012).

Considerando o contexto de conceitos e critérios de uso sobre a PEP abordado pelos sites em relação ao que é definido pelo Ministério da saúde, as páginas da internet demonstram positivamente com valores acima dos 60% uma preocupação sobre as definições, porém, é importante ressaltar que muitos sites brasileiros as definições nem existem ou estão fora dos padrões associados ao MS. Fernández-Balbuena et al. (2013) realizou um estudo na Espanha com 2545 voluntários, apontando que apenas 22% conheciam a profilaxia pós exposição (PEP), e que 2% haviam feito uso da técnica. Dessa forma, verificamos que a disseminação de conhecimento adequado sobre a PEP com conceitos e orientações de uso, uma vez que caracteriza-se um importante de instrumento de prevenção para o HIV, deve manter propagação de acordo com as recomendações governamentais de saúde.

Dos sites que apresentaram dados sobre a PEP, apenas 25% possuíam material educativo, como folder, cartazes ou vídeos etc. Porém o estudo de Bones (2018) reforça que as campanhas podem divulgar e mobilizar as comunidades mais vulneráveis, atuando em parceria com estas, priorizando ressaltar os benefícios do tratamento do HIV – tanto terapêuticos quanto secundários – e incluindo a

prevenção de transmissão a terceiros. Portanto, para ter uma campanha de educação a respeito de uma doença com tantos preconceitos e arquétipos como o hiv e sua prevenção de maneira efetiva, é necessário a comunicação adequada e lúdica, para atingir diversos públicos. Dessa forma, sendo o SUS um sistema universal de saúde no qual preza pela saúde do cidadão em diversos aspectos, a educação em saúde deve ser uma prioridade, principalmente nas capitais as quais apresentam maior porcentagem de novos casos de infecção por HIV segundo o boletim epidemiológico de 2020. BRASIL (2021).

No estudo, foram avaliados sites a respeito da qualidade da informação fornecida, como a oferta de informações sobre endereço dos locais que fornecem serviços especializados preventivos de HIV, sendo presente em somente 8 sites de capitais, demonstrando (n= 66.7%) do total, assim como a informação de canal para sanar dúvidas, sendo presente em somente 5 sites de capitais (n=41,7%) do total. De acordo com Oliveira (2009), existem obstáculos pertinentes quanto ao acesso aos serviços de saúde no Brasil, principalmente por pessoas que vivem com HIV e precisam de um acompanhamento ininterrupto. Tendo em vista que não foi encontrada literatura que cita estas variantes em específico, salienta-se a importância do uso de estratégias diversas da promoção em saúde, como um acompanhamento regionalizado a fim de atingir vários públicos diferente, como cita BRASIL (2017) a promoção da saúde envolve ações do governo, do setor saúde, de outros setores sociais e produtivos, e ações de indivíduos, famílias e comunidades, direcionadas ao desenvolvimento de melhores condições de vida e de saúde.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados pelo estudo, no qual poucas capitais apresentam informativos a respeito da profilaxia pós-exposição do HIV em seus sites, que possuem finalidade de manter o público informado, nota-se a necessidade da dedicação de conteúdos direcionados ao público com dados pertinentes à prevenção do HIV e suas complicações.

Outro fator é a produção de materiais educativos na apresentação de conteúdos que são relevantes para a sociedade, como as infecções sexualmente transmissíveis e seus métodos de prevenção, o uso da PEP, por exemplo, levando

em consideração os resultados do estudo que provou que grande parte das URLs verificadas não considerou a produção de outros meios atrativos de informar os leitores. Dessa forma, conduzir a confecção de material informativo torna-se uma alternativa efetiva e potencial ferramenta de promoção da saúde para o público.

Os resultados negativos analisados nos portais de saúde servem como uma medição da realidade da necessidade de atualização dos meios de comunicação e dar prioridade para campanhas de conscientização e prevenção de IST's. Assim, os achados deste estudo fortalecem a conceituação da revisão de políticas de acesso universal à atenção ao HIV no Brasil, com serviços que adequem às necessidades específicas dos usuários.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Júlio et al. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. **Revista práxis**, v. 3, n. 6, 2011.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.Acesso em: 13 nov. 2022. BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 27, de 29 de novembro de 2013. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. Diário Oficial da União 2013; 29 de dezembro.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais.Brasília: MS; junho/ 2017. Acesso em: 23/03/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Conitec. Relatório de Recomendação n° 168 – Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Profilaxia Antirretroviral Pós-Exposição de Risco para Infecção pelo HIV (PEP), Julho/2015. Acesso em 13 maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Boletim Epidemiológico. Brasília, 2021. edição especial.: il. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf. Acesso em 12 nov. 2022.

BONES, Ana Amélia Nascimento da Silva, Costa, Márcia Rosa da e Cazella, Sílvio César. A educação para o enfrentamento da epidemia do HIV * * Este artigo é resultado do Projeto “Ensino na saúde: uma proposta integradora para o Sistema Único de Saúde”, financiado pela Capes, Edital 024/2010 - Pró-Ensino na Saúde (AUXPE nº39/2010). . Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2018, v. 22, suppl 1 [Acessado 16 Novembro 2022] , pp. 1457-1469. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0066>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para profilaxia antirretroviral pós-exposição de risco à infecção pelo HIV. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CANELA, G; NASCIMENTO, S; Organizadores. *Acesso à informação e controle social das políticas públicas* Brasília: ANDI; 2009.

CECCATO, Maria das Graças Braga et al. Compreensão de informações relativas ao tratamento anti-retroviral entre indivíduos infectados pelo HIV. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 1388-1397, 2004.

CEZAR, Vagner Mendes; DRAGANOV, Patricia Bover. A História e as Políticas Públicas do HIV no Brasil sob uma Visão Bioética. Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde, v. 18, n. 3, 2014.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; CAZAL, Mariana de Melo; MARTINS, Poliana Cardoso. Conselho Municipal de Saúde: (re)pensando a lacuna entre o formato institucional e o espaço de participação social. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2010, v. 15, n. 5 [Acessado 16 Novembro 2022] , pp. 2437-2445. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500018>. Epub 20 Ago 2010. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000500018.

FERNANDES, I; ALVES DE TOLEDO BRUNS, M. REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL ACERCA DA HISTÓRIA DO HIV/AIDS. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 32, n. 1, 2021. DOI: 10.35919/rbsh.v32i1.916. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/916. Acesso em: 15 maio. 2022.

FERNÁNDEZ-BALBUENA,S.; BELZA, M.J.; CASTILLA, J.; HOYOS, J.; ROSALES-STATKUS, M.E.; SÁNCHEZ, R.; DE LA FUENTE, L. Awareness and use of nonoccupational HIV post-exposure prophylaxis among people receiving rapid HIV testing in Spain. HIV Medicine, p 252-257, 2013. https://doi.org/10.1111/j.1468-1293.2012.01056.x.

KNAUTH, Daniela Riva et al. O diagnóstico do HIV/aids em homens heterossexuais: a surpresa permanece mesmo após mais de 30 anos de epidemia. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 6 [Acessado 22 Maio 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00170118>. Acesso em: 08 Jun 2022.

KOBLIN, BA, Usher, D., Nandi, V. et al. Conscientização, conhecimento, acesso e uso da profilaxia pós-exposição entre três populações na cidade de Nova York,

2016–17. AIDS Behav 22 , 2718–2732 (2018). https://doi.org/10.1007/s10461-018-2175-5

MELO, Hugo Moura de Albuquerque et al. O conhecimento sobre Aids de homens idosos e adultos jovens: um estudo sobre a percepção desta doença. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2012, v. 17, n. 1 [Acessado 2 Dezembro 2022], pp. 43-53. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000100007>. Epub 06 Fev 2012. ISSN 1678-4561. https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000100007.

MORETTI, Felipe Azevedo; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; SILVA, Edina Mariko Koga do acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública?. Revista da Associação Médica Brasileira [online]. 2012, v. 58, n. 6 [Acessado 16 Novembro 2022], pp. 650-658. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000600008>.

OLIVEIRA, Isadora Borges Nolasco. Acesso universal? Obstáculos ao acesso, continuidade do uso e gênero em um serviço especializado em HIV/AIDS em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. s259-s268, 2009.

OLIVEIRA, Fabrícia Souza de et al. Conhecimento de homens que fazem sexo com homens acerca da profilaxia pós-exposição sexual ao HIV. 2018.

QUEIROZ, Artur Acelino Francisco Luz; MENDES, Isabel Amélia Costa; DIAS, Sonia Barreiras de acesso à profilaxia pós-exposição ao HIV: estudo de caso. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2022, v. 35 [Acessado 26 Novembro 2022] , eAPE039007634. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO007634 https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0076349>. Epub 06 Jun 2022. ISSN 1982-0194. https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO007634.

SILVA, Marcos Morais Santos et al. Conditions associated with adherence to HIV post-sexual exposure prophylaxis. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2021, v. 55 [Acessado 22 Maio 2022] , e03699. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019028403699>. Epub 10 Maio 2021. ISSN 1980-220X.

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. CRT – DST/AIDS. CCD. Diretrizes para Implementação da Rede de Cuidados em IST/HIV/AIDS - Manual Gestão da Rede e dos Serviços de Saúde. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/publicacoes/publicacoes-download/diretrizes_para_implementacao_da_rede_de_cuidados_em_ist_hiv_aids_-_vol_i_-_manual_de_gestao_2.pdf?attach=true.

ANEXO A- ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DOS PORTAIS DAS CAPITAIS CONSULTADAS

Capital (UF) Por Região	Endereços eletrônicos utilizados
Nordeste	
Aracaju (SE)	http://www.aracaju.se.gov.br/
Fortaleza (CE)	https://www.fortaleza.ce.gov.br/
Joao Pessoa (PB)	https://www.joaopessoa.pb.gov.br/
Maceió (AL)	https://maceio.al.gov.br/

Natal (RN)	https://natal.rn.gov.br/
Recife (PE)	https://www2.recife.pe.gov.br/
Salvador (BH)	http://www.salvador.ba.gov.br/
São Luiz (MA)	http://www.saoluis.ma.gov.br/
Teresina (PI)	https://www.teresina.pi.gov.br/
NORTE	
Belém (PA)	https://prefeitura.belem.pa.gov.br/
Boa Vista (RR)	https://boavista.rr.gov.br/
Macapá (AP)	https://macapa.ap.gov.br/
Manaus (AM)	https://www.manaus.am.gov.br/
Palmas (TO)	https://www.palmas.to.gov.br/
Porto Velho (RO)	https://www.portovelho.ro.gov.br/
Rio Branco (AC)	http://www.riobranco.ac.gov.br/
CENTRO OESTE	
Distrito Federal (DF)	https://www.df.gov.br/
Campo Grande (MS)	https://www.campogrande.ms.gov.br/
Cuiabá (MT)	http://www.cuiaba.mt.gov.br/
Goiânia (GO)	https://www.goiania.go.gov.br/
SUDESTE	
Belo Horizonte (MG)	https://prefeitura.pbh.gov.br/
Rio de Janeiro (RJ)	http://prefeitura.rio/
São Paulo (SP)	http://www.capital.sp.gov.br/
Vitória (ES)	https://www.vitoria.es.gov.br/
SUL	
Curitiba (PR)	https://www.curitiba.pr.gov.br/
Florianópolis (SC)	https://www.pmf.sc.gov.br/
Porto Alegre (RS)	http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/

ANEXO B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

PARTE I – SOBRE A INTERFACE DO SÍTIO ELETRÔNICO

1. **Estado e Capital:**

2. **Endereço eletrônico:**

3. **A informação encontrada é uma notícia publicada sobre o assunto ou uma página própria com informações e orientações sobre a PEP?c**

4. O endereço eletrônico é de fácil acesso (ex: ao buscar no google PeP + nome do estado, aparece a página como primeiras opções?)

PARTE II – SOBRE AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DE SAÚDE CONTIDAS NO SÍTIO ELETRÔNICO

6. O site explica sobre HIV/AIDS? ( ) SIM ( ) NÃO

7. Explica o conceito de PeP: Sim ( ) Não ( )

8. Se sim, qual o conceito de PeP apresentado no site?[FP1]

9. O conceito da PeP está de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde? ( ) SIM ( ) NÃO

10. Orienta sobre critérios de uso da Pep: Sim ( ) Não ( )

11. Se sim, os critérios orientativos estão de acordo com o MS? ( ) SIM ( ) Não

12. O site traz algum material educativo sobre HIV/AIDS e a PeP? SIM ( ) NÃO ( )

13. Se sim, quais os materiais educativos?[FP2]

14. Apresenta endereço dos serviços especializados: Sim ( ) Não ( )

15. Apresenta alguma forma de contato para dúvidas e outras questões? Sim ( ) Não ( )

16. Se sim, qual a forma? Telefone ( ) Email ( ) Outros ( )